

RELAÇÕES DE CONFIANÇA ENTRE PRODUTORES RURAIS E A EMPREENDEDORA DO LATICÍNIO DONA ÉLIA NO ASSENTAMENTO CONQUISTA, CAMPO GRANDE – MS

FERNANDES, Cláudia de Matos¹

DOTTO, Fabiano²

SILVA, Henrique Guimarães³

VILPOUX, Olivier François⁴

Resumo

O artigo avalia a existência de relações de confiança entre os produtores de leite e a empreendedora do laticínio Dona Élia no Assentamento Conquista, localizado no município de Campo Grande – MS. A pesquisa foi realizada *in loco* com entrevistas estruturadas para os produtores e para a empreendedora do laticínio. Foram avaliadas as razões que levam um produtor a se vincular a um único comprador. Foram consideradas as variáveis de frequência das relações, pessoais e comerciais, a incerteza para os produtores e a empreendedora, tanto na entrega como no pagamento do leite. Destacou-se a geração de capital social no assentamento como proveniente das ações de um agente articulador, dona Élia. Logo, o respeito e confiança atribuídos a empreendedora representam os principais aspectos que tornam a relação informal como capaz de estabelecer relações de grande segurança. A implantação de um laticínio num assentamento não pode ser considerada suficiente para gerar valor a produção das comunidades rurais no Brasil. O estabelecimento de relações de confiança limita os riscos inerentes as transações, no caso pesquisado entre produtores e o laticínio. Dessa forma, a empreendedora do laticínio aparece como o grande diferencial para o sucesso do empreendimento pesquisado, em função de sua grande capacidade em estabelecer relações de confiança com os membros da comunidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Relações de confiança, Assentamento rural, Capital social.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, diamat@pop.com.br;

² Mestrando em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, d0tt0@hotmail.com;

³ Mestrando em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, henriqueguimaraessilva@gmail.com;

⁴ Prof. Doutor. Pesquisador, Universidade Católica Dom Bosco, vilpoux@ucdb.br

1. INTRODUÇÃO

A globalização impele uma seqüência de condicionantes que atribuem a cada elemento participante poder de influência, como também de ser influenciado. Essa realidade exprime o nível de competitividade existente no mercado, seja nacional ou internacional. Compreende-se então, que não apenas fatores econômicos determinam o ritmo e o fluxo das transações comerciais, mas que existem fatores sociais que flexibilizam e estimulam de forma positiva ou negativa essas relações, sabendo que a sociedade é configurada por um *mix* de variáveis racionais, intuitivas e emotivas.

Na agricultura familiar, a atividade leiteira está presente como atividade principal na maioria das áreas rurais, possibilitando uma renda regular e de fácil acesso aos mercados locais. Historicamente, tentativas de implantação de laticínios em assentamentos, para concentrar a produção e melhorar a renda dos produtores não faltam. No entanto, são raros os casos em que essa abordagem conta com a adesão da maioria dos produtores do assentamento.

O Assentamento Conquista, objeto principal da pesquisa, é localizado no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na rodovia MS 080, Km 17. Criado no ano de 1999 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possui 65 lotes de 17 hectares e presença forte do movimento Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETAGRI). A atividade econômica principal dos assentados é a produção de leite. Neste assentamento existe um laticínio, denominado Laticínio D'Elia, criado por iniciativa de uma assentada que visualizou a possibilidade de captar a produção leiteira local, beneficiando-se de um bom relacionamento com os produtores. Vilpoux (2008), numa pesquisa nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, identificou esse laticínio como um dos poucos casos de sucesso de agregação de valor à produção de assentamentos no estado. A hipótese para explicar o sucesso do empreendimento foi, além do empreendedorismo da responsável do laticínio, a existência de relações de confiança entre os produtores e a dona do estabelecimento. A partir dessa hipótese, o objetivo da pesquisa foi a análise dessas relações de confiança, comprovando a importância das relações informais nas transações comerciais.

Foram elaborados dois questionários, um destinado a gestora do laticínio e outro direcionado aos produtores de leite. O assentamento tem como base representativa a Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Conquista (AAFAC), que contava no momento das entrevistas, no mês de maio de 2009, com 55 sócios

registrados. Dos membros da AAFAC foram escolhidos aleatoriamente 11 famílias, todas produtoras de leite, para aplicação dos questionários. Dos entrevistados, dez famílias estavam nos lotes desde sua criação e apenas uma entrou mais tarde, em 2002.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Após informações sobre a agricultura familiar, o Capítulo aborda o material científico que serve de base a pesquisa, sobre capital social e confiança.

2.1. Agricultura familiar

A agricultura familiar compreende não somente uma categoria social, mas econômica e também cultural. A distinção da agricultura familiar das demais classes agrícolas respeita alguns aspectos muito particulares. Lamarche (1993) considera a condição de equivalência produção/propriedade por participação/membro da família. Esta representação fica mais clara quando Guanziroli *et al.* (2001, p. 18) ressaltam que a “[...] produção familiar na agricultura é dada pela relação entre o valor agregado líquido por unidade de trabalho e o seu custo de oportunidade [...]”.

Se considerar a questão sobre o “lugar” da agricultura familiar, Carlos (1996) entende que este é o espaço para a real materialização da globalização, idéia que reforça a razão da agricultura familiar ser considerada uma atividade pluriativa. De acordo com Schneider (1994) a pluriatividade compreende diversas atividades exercidas na pequena propriedade (produção de baixa escala) e atividades não-agrícolas, como artesanato, turismo ecológico,... Existe também uma disposição para atividades extra-agrícolas, principalmente na cidade, para complementar a renda da família.

Em função da evolução constante dos modelos de vida humano, a família que vivia até anos atrás com base na exploração agrícola sustentável da terra, por não agredir e esgotar seus recursos naturais, se defronta com uma condição de necessidade de sobrevivência, contra uma ordem de progresso puramente capitalista. No entanto, Fernandes (2001, p. 32-33) “[...] não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital [...]”. Guanziroli *et al.* (2001) apresentam a idéia que mesmo na agricultura familiar existem diferentes categorias, desde os produtores capitalizados até os descapitalizados. Com esta noção, Lamarche (1993) já definia a agricultura familiar como única forma de sobrevivência de um modelo que também é subdividido entre o alimentar, de subsistência e de capital, que

representa o processo de evolução do caráter camponês do pequeno produtor para a classe familiar.

De certa forma as considerações de Lamarche geram preocupações e levam a pergunta de quais seriam os novos espaços dessa agricultura. A preocupação crescente com este aspecto levou a discussões sobre a questão agrária, considerando os assentamentos como as novas áreas de atuação da agricultura em escala familiar. Moreira (1999, p. 157) argumenta que conceitualmente, agricultura familiar e assentamentos rurais se definem a partir de “[...] processos sociais distintos [...]”. O autor esclarece que enquanto a agricultura familiar se coloca na posição de reprodução social, com forma definida e disposta aos fatores alheios, os assentamentos estão em estado de formação e produção social diretamente ligadas a conquista e consolidação dos direitos pela terra.

Desta trajetória existem dois episódios que influenciaram a história da questão agrária no Brasil, as lutas contra os latifundiários e posteriormente o surgimento das agroindústrias. A primeira representa o momento em que o governo se colocava a disposição dos proprietários de latifúndios, com vistas a intensificar as exportações. Dessa forma muitos camponeses eram expropriados da terra, gerando conflitos e mais movimentos por considerarem injustas as indenizações. A segunda diz respeito as agroindústrias, que por influência dos grandes latifundiários e incentivo do governo, terminaram de empurrar e eliminar as poucas possibilidades do modelo camponês de se restabelecer em pequenas propriedades (OLIVEIRA, 1997). Esses episódios desembocaram em eventos de muitos embates no campo e conseqüente consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, como ressaltam Oliveira (1997) e Fernandes (2001), retratando este como um marco de reafirmação e tentativa de ressocialização do campesinato no país.

Apesar do sindicalismo exacerbado na luta pela terra, nas décadas de 1980 e 1990, os movimentos tomaram cada vez mais corpo e formas organizadas de ação. Hoje a questão agrária é encarada com ares de certa politização, até mesmo pelos movimentos. Fernandes (2001) considera essa situação como um novo limiar para a agricultura familiar no Brasil, onde seu espaço de atuação possui um conceito embasado tanto em um novo ambiente dinâmico e globalizado, quanto de suas tradições e raízes culturais. Para o autor, esses assentamentos representam mais do que nunca o lugar de construção da nova vida campeira.

2.2. Capital social e confiança

O conceito de capital social é considerado produto das relações sociais, é expresso em valores de difícil mensuração. Está situado, segundo Egler (2004), nos estudos do espaço social que compreendem um ambiente de imaterialidades, que definem as interações entre indivíduos e destes para com a sociedade. Construi um fluxo de comunicações e interdependências, o que estabelece a importância do coletivo.

Para Abramovay (2000, p. 4) o capital social “[...] é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva [...]”. Putnam (1996) analisa o capital social, indagando sobre sua existência principalmente em comunidades que o tenham herdado de forma cultural. Nestas, os laços de confiança, elementos básicos do capital social, são mais prementes, o que torna a cooperação mais espontânea.

O capital social surge pelas ações de diferentes agentes na sociedade, mas sua compreensão permanece nebulosa. A confrontação de diferentes vertentes de análise proposta por alguns autores se faz necessária. O francês Pierre Bourdieu e o americano James Coleman são os principais expoentes nos estudos do capital social.

Para Bourdieu (1980), as trocas simbólicas compreendem o princípio do capital social, que se estabelece como um conjunto de recursos evidenciados nas conexões individuais, funcionando por esquemas de redes que se mantem por mútuo interesse inconsciente, impulsivo, determinado por elementos principalmente culturais. Cada agente consegue mobilizar e/ou representa um capital social equivalente a sua rede de relações.

Para Coleman, na interpretação de Ximenes (2008), o capital social se constitui de uma condição imprescindível para se atingir os objetivos. Este se localiza não no indivíduo, como no caso de Bourdieu, mas em suas relações com outros indivíduos. Além de destacar da mesma forma como Bourdieu as ações das estruturas relacionais, Coleman enfatiza a importância das formas desse capital, tais como informações, normas, associações, elementos que tendem a facilitar a ação coletiva.

O capital social não trata o indivíduo como capital, na diferença do capital humano. Como explica Marteleto e Silva (2004), o capital humano responde pelas habilidades e todo o conhecimento das pessoas para desenvolver dada atividade, sozinho ou em conjunto. Esse capital compreende um elemento necessário para a formação do capital social. Para Putnam (1996), *apud* Lopes e Cabelleira (2004), relações sociais são um dos tipos de capital social, juntamente com a confiança e normas em comum. As escolas, empresas, clubes, igrejas, cooperativas, associações, famílias funcionam como

referências, são mediadoras da interação social, valores de integração. Através deste capital, a cooperação passa a ser natural.

Segundo Fukuyama (1996), a confiança nasce no seio da comunidade pela honestidade, união, cooperativismo, comportamento estável e constante de cada membro que compõe essa comunidade conforme os seus valores, sejam religiosos, de justiça, padrões profissionais e código de comportamento. Ela se traduz pela confiança depositada nas mãos de um médico, de um piloto de avião, entre outros.

Locke (2003) define a confiança em duas correntes ou perspectivas: a primeira está relacionada com a parte sociológica, que diz que a confiança é um comportamento de longo prazo, que envolve associativismo, valores éticos, profissionais e extrafamiliares. A segunda corrente trata da parte econômica que lida mais com o ego do homem, quando há interesses próprios, como a procura de benefícios em longo prazo.

Segundo Hardin (2001), *apud* Locke (2003), a confiança depende muito de cada pessoa. Para Gambeta (1988), *apud* Locke (2003), confiança é acreditar no outro quando dada uma chance e que a mesma depende da situação, da relação entre dois ou mais atores num contexto ou relacionamento particular. Luhmann (1988), *apud* Sato (2003), escreve que a confiança se torna necessária em situações de riscos ou incertezas. Para Bhattacharya *et al.*, (1998) *apud* Corrêa (2005), a confiança é uma variável ainda não completamente definida, sendo usada em objetos de pesquisas em várias disciplinas.

Segundo Bradach e Eccles, (1987) e Lazaric e Lorenz (1998), *apud* Azevedo e Faulin (2004), a confiança pode surgir através de conhecimento mútuo e experiência passada. É uma característica relacional, específica numa relação entre uma ou mais partes, onde a mesma não pode ser passada para terceiros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Descrição dos assentados

Dos onze entrevistados, dez famílias estavam nos lotes desde sua criação e apenas uma entrou mais tarde, em 2002. Isso demonstra que as famílias possuem alto grau de relacionamento e proximidade, pois enfrentaram juntas os desafios da luta pela conquista da terra.

O número médio de vacas leiteiras variava entre 10 e 30, conforme demonstrado no gráfico 1. Destas vacas, menos de metade eram ordenhadas diariamente, o que diminui muito a rentabilidade das explorações visitadas.

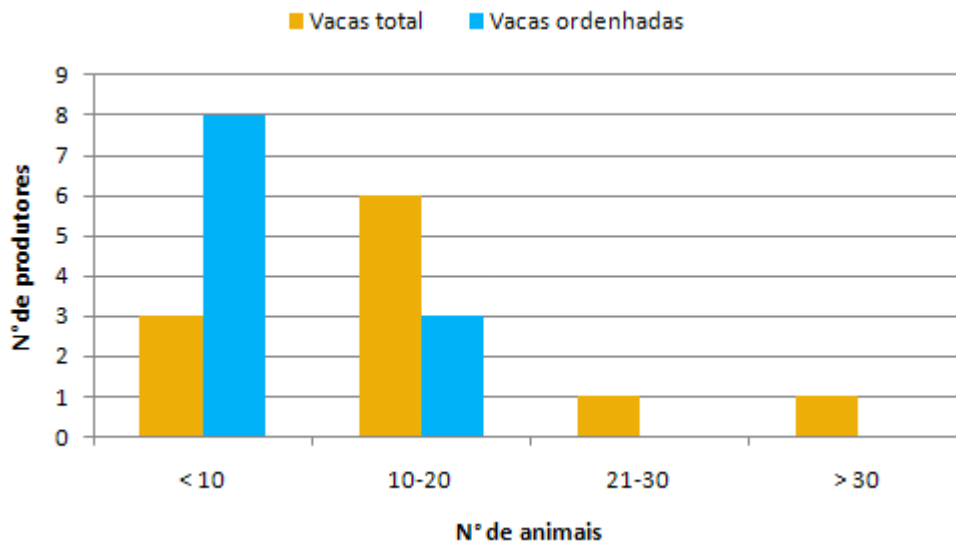


Gráfico 1 – Número de vacas total e ordenhadas, por produtor entrevistado.

Apesar da pouca quantidade de animais, pouco mais de metade dos produtores entrevistados consegue uma produção entre 40 e 55 litros por dia (Gráfico 2). Com um preço do litro de leite em torno de R\$ 0,50, esses produtores conseguem uma renda quotidiana entre R\$ 20,00 e 25,00.

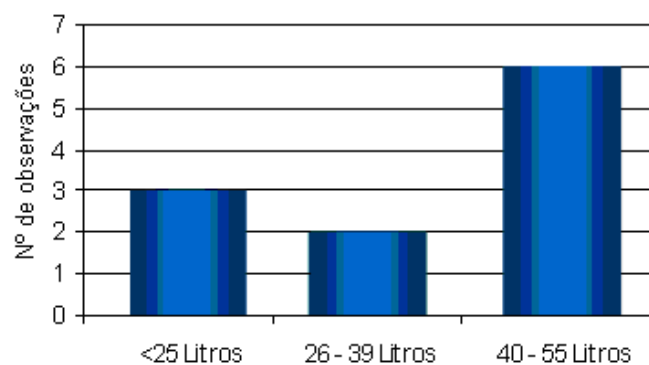


Gráfico 2 – Produtividade de leite, dos produtores entrevistados.

A falta de manejo, de rotação de cultura e de pastagens apropriadas contribuem para a baixa produtividade. Contudo, a pesquisa detectou que os produtores utilizam diversos tipos de alimentação para os animais, como pasto, sal, cana-de-açúcar, napier,

silagem, rama de mandioca, sorgo e milheto, que garantem uma produtividade de leite suficiente para honrar a entrega ao laticínio e garantir uma renda mínima para a família.

Para análise da cooperação entre as famílias da comunidade, tomou-se o cuidado de indagar se os produtores desenvolviam algum tipo de atividade com a vizinhança. Dos onze produtores entrevistados, quatro realizavam atividades de irrigação e plantio de horta em forma de parceria, seja com parentes, vizinhos e colegas da comunidade, ao menos uma vez por semana. Os outros sete não desenvolviam nenhuma ação coletiva.

A agricultura familiar ainda sofre com a desorganização na formação dos grupos, seja por problemas culturais, insegurança, medo de frustrações, ideologias contrárias e descapitalização. Dez dos entrevistados faziam parte da AAFAC como sócios, com oito sempre presentes nas reuniões com o intuito de participar das discussões e decisões. Um único produtor alegou não participar de qualquer reunião aberta e afirmou que a forma de gestão da associação não traz benefício ao assentamento. Dos entrevistados, dois ocupam cargo na diretoria. O atual presidente, Sr. Elias, já estava para entregar o cargo que ocupava há 4 anos. Foi possível perceber dificuldade em encontrar substituto para a diretoria.

Por meio da articulação da diretoria da AAFAC, o assentamento Conquista já foi contemplado com inúmeras benfeitorias, como a instalação de um curral comunitário, aquisição de uma caldeira, tanque para cozimento de queijo e uma desnatadeira para o laticínio (via prefeitura de Campo Grande e Ministério do Desenvolvimento Agrário), implantação de 20 Projetos Agroecológicos Integrados Sustentáveis – PAIS (articulado junto ao Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresa – SEBRAE), criação de carneiros confinados (projeto em andamento com a UNIDERP – Universidade para o desenvolvimento da Região do pantanal).

A AAFAC ainda proporciona treinamentos pontuais em áreas afins e participa de discussões sobre políticas públicas para a agricultura familiar. Em menor escala de prioridade também negocia o preço da produção no mercado local. Com isso, a comunidade acredita que a associação cumpra seu papel de representar os associados em suas diversas necessidades, seja de capacitação, produção, técnicas e tecnologias, infraestrutura e ainda, comercialização (gráfico 3).

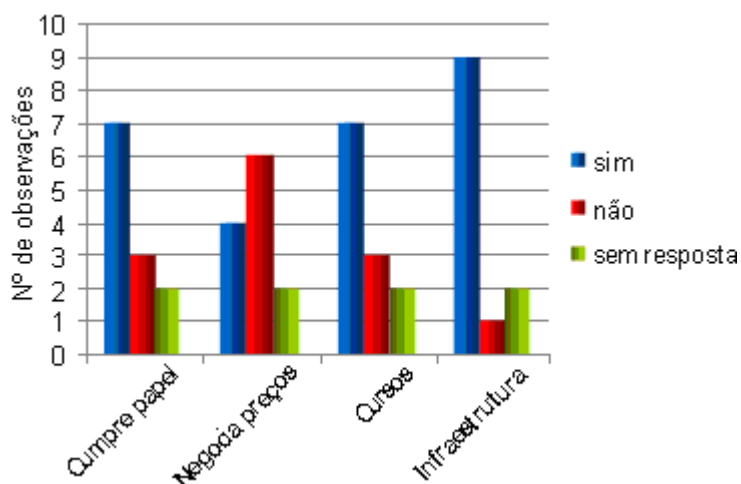


Gráfico 3 – Benefícios que a associação proporciona, para os assentados entrevistados.

Para os assentados, conforme dados do gráfico 3, a AAFAC é vista como uma instituição criada para captar recursos financeiros e melhorar a infra-estrutura. Por outro lado, os produtores não conseguem perceber a importância da associação como representante para defender os objetivos do grupo. No momento das negociações com o mercado, na regularização do transporte, nos cursos de educação continuada, cada família busca soluções individuais.

A gestão da associação foi considerada ruim por dois entrevistados. Estas duas pessoas pouco participam das reuniões. Cinco consideraram a associação como boa, três deram conceito ótimo e uma pessoa não teve uma definição concreta.

A grande participação dos assentados na associação, com avaliação positiva da maioria dos produtores, caracteriza a existência de uma vida associativa no assentamento, com a presença de capital social, elemento indispensável para a criação de vínculos de confiança entre assentados e o estabelecimento de uma rede de cooperação entre eles.

Quanto à comercialização do leite, todos os produtores utilizam uma pequena parte para consumo próprio. Dos nove produtores entrevistados que comercializavam leite, sete vendiam para a dona Élia e outros dois produziam queijo, requeijão e doces para a venda individual no comércio da capital. Em média, os produtores entregavam 35 litros de leite por dia, de segunda a domingo. Essas informações evidenciam a importância do laticínio para os assentados. Ele é o principal mercado para o leite, produto que representa a principal fonte de renda dos produtores.

Além do leite, os produtores tinham outras fontes de renda que auxiliam nas despesas familiares e os mantinham na empresa rural familiar. Alguns eram aposentados, outros desenvolviam atividades agrícolas na propriedade. Alguns produtores precisaram sair de sua propriedade para ganhar dinheiro na cidade ou na vizinhança desenvolvendo trabalhos de carpinteiro, motorista e outras funções (Gráfico 4).

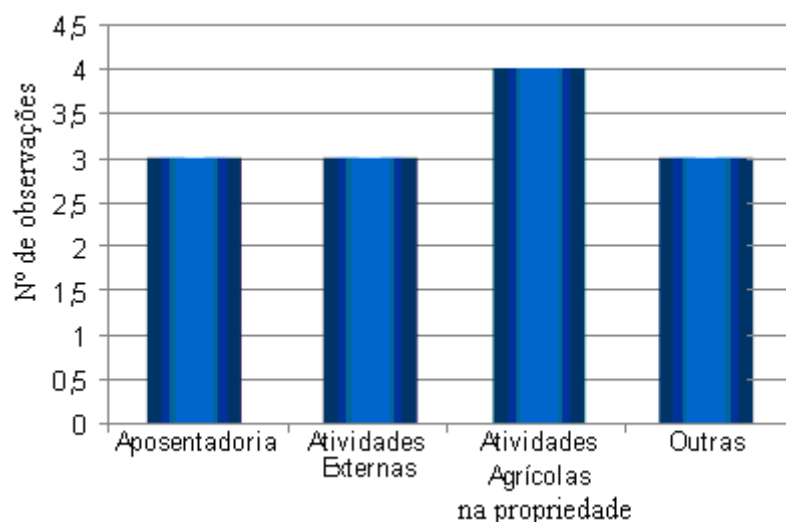


Gráfico 4 – Fontes de renda, além do leite, nos produtores entrevistados.

Nota-se a necessidade por parte dos produtores de pagamentos do leite em períodos curtos, o que indica maior dependência com a atividade de produção leiteira. São duas as formas de pagamento oferecidas pela empreendedora dona Élia, de forma quinzenal ou mensal. Três produtores preferem receber por quinzena e quatro mensalmente.

Foi verificada a possibilidade da venda do leite para compradores de fora do assentamento. Dos sete fornecedores do laticínio Dona Élia, dois responderam que venderiam sem problema. No entanto cinco foram enfáticos em afirmar que não quebrariam o vínculo com dona Élia. Quatro produtores afirmaram que vendem sua produção apenas para a dona Élia desde o início do assentamento e um afirmou já ter vendido para terceiros. Dois produtores mantêm contatos com outros compradores, mas por ora estão satisfeitos com a negociação com a proprietária do laticínio.

Essas informações denotam relações frequentes e contínuas entre os produtores e o laticínio. Existe uma relação de confiança com o laticínio, que favorece a manutenção dos produtores no longo prazo.

3.2. Laticínio Dona Élia

O laticínio Dona Elia é classificado como micro empresa familiar. A responsável pelo empreendimento é uma senhora de 54 anos, considerada como uma líder nata na comunidade. Mora no assentamento Conquista há nove anos com o esposo e quatro filhos. A empreendedora já ocupou o cargo de presidente da associação de produtores rurais e hoje está como vice-presidente. Quando se mudou para o assentamento construiu uma agroindústria para processamento de leite com o apoio do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária (PROVE), incentivada pelo Governo Estadual. O laticínio visa atender o fornecimento local da produção, assim como as necessidades financeiras, sociais e pessoais das famílias.

Dona Élia possui uma experiência de 20 anos com laticínios, carregando consigo a experiência de suas origens de Minas Gerais, onde também trabalhava com a atividade leiteira. De sua propriedade, meio hectare foi reservado para a instalação do laticínio, o qual dispõe da mão-de-obra familiar constituída pelo esposo Sr. Fernando Borges de 63 anos e seus quatro filhos, sendo que dois filhos moram no assentamento em lotes separados. Além do trabalho familiar, dona Élia emprega dois funcionários, moradores do assentamento e ainda proporciona estágio curricular para alunos da Escola Família Agrícola (EFA).

Para atender a demanda da agroindústria, a dona do laticínio afirmou ser necessário comprar leite dos fazendeiros vizinhos, pois a produção local é insuficiente e incerta, tanto no inverno quanto no verão. Parte dos produtores do assentamento comercializa a produção para terceiros, o que diminui a disponibilidade de leite no assentamento. Apesar da queixa da dona Elia, ela afirmou que das 64 famílias do assentamento, 50 entregam parte da produção de leite diariamente. Isso significa que 78% dos produtores entregam sua produção para o laticínio local, o que pode ser considerado um número bastante significativo, ainda mais quando se considera que entre os 22% restantes, alguns não produzem leite.

O laticínio processa 2.500 litros de leite por dia, sendo que destes em torno de 1.000 litros são comprados de fora do assentamento. A falta de matéria-prima oriunda do assentamento não vem da falta de interesse dos produtores, que entregam em grande maioria para o laticínio, mas da baixa produção dos assentados, como demonstrado no Gráfico 2.

Dona Élia não faz contratos formais para a compra do leite. Este processo se dá de forma verbal, através de contratos informais. Mesmo assim, possui a preferência na

compra do leite, como verificada nas entrevistas com os produtores, o que reforça a importância dos contatos pessoais entre os atores que participam das transações. .

A empreendedora fez uma parceria com um dos moradores do assentamento para fazer a coleta do leite nas propriedades. Para isso, paga um valor que supre as necessidades de pró-labore e manutenção do veículo que é de propriedade do assentado.

A renda da família de dona Élia está 100% embasada na produção do laticínio, onde produz queijo de nó, queijo provolone e mussarela, principal produto, todos comercializados em Campo Grande, capital do estado.

Além de empresaria, dona Élia Borges desenvolve um papel de agente social na comunidade. Ela relatou que o trabalho voluntário de orientar e buscar apoio para as famílias surgiu naturalmente na comunidade. Procura auxiliar os moradores conforme as necessidades apresentadas, tais como bolsa estudantil (conseguiu bolsas para vários filhos de moradores através de contatos com professores universitários e políticos locais), remédios, consultas médicas, emprego, financiamentos e outros assuntos para as quais é procurada. Quando perguntada se emprestaria algum implemento agrícola ou até mesmo dinheiro para alguém da comunidade a resposta foi objetiva positiva, mas apenas para algumas pessoas de maior confiança. A empresária ainda comentou que já emprestou dinheiro várias vezes e sempre recebeu a quantia de volta.

Quanto aos eventos sociais da comunidade dona Élia e parte da família freqüentam a igreja, participam das festas e eventos culturais, da mesma forma que prestigiam a feira local. Esse papel de liderança social e econômica permitiu a criação de um capital social muito forte com a comunidade, com vínculos de confiança que favorecem as transações entre o laticínio e os produtores.

3.3. Relações de confiança nas transações entre produtores e o laticínio

Existem inúmeros pontos a serem ressaltados quando se considera variáveis tão dispersas e de difícil mensuração quanto as relações informais, bases das relações de confiança. Essas relações são formadas a partir da existência de capital social, que pode ser avaliado a partir dos hábitos rotineiros com os vizinhos, no comércio, na escola, na igreja e em associações locais.

O laticínio Dona Elia acompanha o preço dos concorrentes na compra do leite. Nesse caso, a comercialização do produto pelos assentados poderia ser explicada pela proximidade com o empreendimento localizado dentro do assentamento, o que facilita as transações. No entanto, as entrevistas com os produtores indicaram uma preferência

marcada destes para o laticínio Dona Elia. Em paralelo, a compra de leite pelo laticínio não obedeça apenas a critérios econômicos. Seria mais barato para o laticínio comprar apenas dos fazendeiros locais, cuja produção é maior, o que diminuiria o custo de coleta e facilitaria a melhoria da qualidade, com armazenamento nas fazendas, em tanques de resfriamento. No entanto, dona Elia utiliza apenas o leite dos fazendeiros locais para complementar sua produção, dando preferência para a produção dos assentados.

Essas informações indicam relações preferenciais entre os assentados e a dona do laticínio, relações que não passam apenas pelo econômico, mesmo se esse aspecto permanece importante.

Dona Elia realiza várias ações sociais na comunidade, ajuda os moradores, participa da associação e da igreja, estabelece um vínculo entre os políticos regionais e os moradores,... Com isso, ela se tornou uma liderança respeitada de todos. Esse grande capital social acaba sendo revertido em relações de confiança por parte dos produtores quando entregam o leite para o laticínio. Assim, a falta de contratos formais não significa incerteza na entrega do produto. Nesse caso, a falta de leite no assentamento se deve muito mais a baixa produção que a falta de vontade dos assentados em entregar para o laticínio.

Os produtores se beneficiam também dessas relações de confiança. Em nove anos de funcionamento, o laticínio sempre respeitou suas obrigações, pagando os produtores em dia. A frequência e continuidade de relações comerciais são aspectos importantes para a criação de vínculos de confiança, o que diminui a necessidade de relações formais. Como o laticínio necessita da manutenção de sua imagem positiva, o risco dele não respeitar suas obrigações é muito limitado.

A existência de capital social elevado para a dona do laticínio e de relações de confiança entre os produtores e a dona Elia permitem diminuir o grau de risco que existe na comercialização do leite no assentamento. Os produtores têm certeza de poder comercializar no laticínio e o laticínio pode contar com a produção dos assentados. A incerteza que permanece deve-se apenas as variações sazonais de preço e de produção. Nesse caso, a diminuição da incerteza passa pelo uso de tecnologia, com melhoria e rotação de pastagens e cultivo de plantas forrageiras.

4. CONCLUSÃO

A análise das relações de confiança num espaço social que compreenda um ambiente de imaterialidades é uma atividade difícil e muito subjetiva. Existem inúmeros fatores que podem gerar o processo de confiança, mas, o mais forte deles ainda é o conhecer mútuo. Em comunidades rurais, principalmente assentamentos, as relações de amizade podem ser dificultadas pelas experiências variadas dos assentados, trabalhos profissionais diversos, colonizações aleatórias e formas de aprendizado cultural distintas.

Visualizar a importância do coletivo para as ações de cooperação em prol do todo deveria ser o foco de desenvolvimento da comunidade. No entanto, a proteção à família vem em primeiro lugar de necessidade. Confiar implica em arriscar, diz respeito em aceitar correr um risco que poderá ser benéfico para o coletivo ou ainda, maléfico para o indivíduo e toda a sua família. Por isso, relações de confiança dificilmente se estabelecem entre produtores de assentamento, os quais têm diversidade de cultura e costumes tão diferentes. Para Fukuyama (1996), a confiança nasce no seio da comunidade, seja pela honestidade, união, cooperativismo, pelo comportamento estável e constante de cada membro que compõe essa comunidade.

No caso do assentamento Conquista existem índices claros de confiança mútua entre os produtores e a dona do laticínio. Essas relações de confiança permitiram a criação de um negócio que adquire produtos de 80% dos produtores locais e é um das principais fontes de renda para os assentados.

O leite é a principal fonte de renda da agricultura familiar não só no estado (VILPOUX, 2008), mas em todo o Brasil (GUANZIROLI e CARDIM, 2002). O exemplo do laticínio Dona Elia pode ser considerado um caso de sucesso, pois conseguiu internalizar dentro do assentamento a comercialização do produto. Na maioria dos casos, os produtores de leite entregam sua produção para laticínios com o qual não têm contatos, com alto grau de incerteza não só no preço, mas também na comercialização.

A reprodução da experiência da dona Elia poderia ser de grande importância para os assentamentos no Mato Grosso do Sul e em outros estados brasileiros. No caso do Mato Grosso do Sul, numerosos assentamentos estão muito isolados dos centros de consumo e a comercialização de leite *in natura* enfrenta grandes dificuldades. O processamento do leite em queijo favorece o armazenamento e o transporte, além de agregar valor ao produto.

A implantação de laticínios em assentamentos não é condição suficiente para a valorização da produção. A pesquisa evidenciou a importância da empresaria no estabelecimento das relações de confiança. Os dados coletados indicaram que apesar de grande participação dos produtores na associação do assentamento, sinal de capital social, esses cooperaram dificilmente entre eles na realização de negócios em conjunto. Nesse caso, o diferencial para o sucesso do empreendimento foi a dona Élia, que conseguiu estabelecer uma rede de confiança entre os membros da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, vol. 4, n° 2, pp. 379-397, 2000. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf. Acesso em: 05 Jun 2009.

AZEVEDO, P.F. de; FAULIN, E.J. Subsistemas baseados em confiança: o caso da produção familiar de verduras. XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/04O201.pdf>. Acesso e 02 Jun 2009.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, vol. 31, n° 1, pp. 2-3, 1980. Disponível em: http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069/article_arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069.pdf. Acesso em: 04 Jun 2009.

CARLOS, A.F.A. *O lugar/no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

EGLER, Tamara Tânia Cohen, Redes Técnico-Sociais e Ação Coletiva. In X Semana de Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro. Anais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, 2004. Disponível em: http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2003_123.content.pdf. Acesso em: 05 Jun 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade*./Francis Fukuyama; tradução de Alberto Lopes – Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GUANZIROLI, C.E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C.E. e CARDIM, S.E. De C.S. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, INCRA: FAO, Março de 2002.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: Comparação internacional*. Campinas: UNICAMP, 1993.

LOCKE, Richard M. Dossiê, Confiança e desenvolvimento local. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 253-281, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v3n2/6-locke.pdf>> Acesso de 02 Jun 2009> Acesso em: 03 Jun 2009.

LOPES, T.C. e CABELLEIRA, D.M. Governança e confiança, aspectos fundamentais na criação de capital social: o caso da prefeitura de Taquara e da indústria moveleira do Vale do Paranhana – RS/Brasil. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção/ENEGEP, Florianópolis, ABEPRO/UFSC, 2004. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep0706_1964.pdf> Acesso em 02 Jun 2009.

MARTELETO, R.M.; SILVA, A.B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, vol. 33, n° 3, pp. 41-49, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em: 05 Jun 2009.

MOREIRA, José Roberto. *Agricultura familiar: Processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

OLIVEIRA, A.U. de. *A geografia das lutas no campo*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SATO, C.T.. Gestão Baseada em Relações de Confiança. *RAE-eletrônica*, Volume 2, Número 1, jan-jun/2003. <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1875&Secao=2°PW C&Volume=2&Numero=1&Ano=2003>. Acesso em 02 Jun 2009

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países desenvolvidos: A pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p. 106-132, 1994. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/369.pdf>>. Acesso em: 09 set 2009.

VILPOUX, O.F. *Sustentabilidade dos assentamentos no Estado do Mato Grosso do Sul*. Brasília: Confederação Nacional da Agro-pecuária (CNA), 2008. 102 p.

XIMENES, Tereza, Capital social, redes sociais e inovações produtivas. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, vol. 11, n° 2, pp. 389-404, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a12.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2009.